

adunicamp

campanha salarial

CAMPINAS, 31 de maio de 1984.

100% INPC - Importante conquista do funcionalismo

Foi anunciado ontem (30/05) a contraproposta do Governador Montoro para o próximo reajuste semestral do funcionalismo estadual. O índice anunciado foi de 67,5%, correspondente a 100% do INPC acumulado de janeiro a junho.

Para os docentes universitários o reajuste proposto representará sobre o salário de Dez/83 os seguintes percentuais:

| <u>Regime</u> | <u>percentual</u> |
|----------------------|-------------------|
| RDIDP MS1 e MS2..... | 224% |
| MS3 a MS6..... | 218% |
| RTC..... | 189% |
| RTP..... | 152% |

Em termos de fração do ICM, os cálculos do Governo indicam que com este reajuste a massa salarial deve corresponder a 92% da arrecadação prevista, enquanto que os cálculos realizados pelo Prof. Ivan Nascimento, do IFUSP, apontam um percentual de 83% da arrecadação prevista. (a diferença se deve a que na previsão do Prof. Ivan a arrecadação deverá ser -10% superior à prevista pelo governo).

O importante aqui é que, embora estando abaixo dos 103% reivindicados (100% do INPC + 24,8% de reposição) o reajuste obtido de 100% do INPC, representa um ponto de inflexão na política salarial dos últimos governos estaduais. Além disso com este reajuste as entidades do funcionalismo unidas conseguiram elevar substancialmente a fração do ICM destinada aos salários, dos 70% acenados inicialmente pelo governo aos 83% (ou 92%) realmente conseguidos.

Na 6ª feira (19/06) haverá uma plenária das entidades do funcionalismo para apreciar a proposta do governador Montoro. Esta proposta aponta para as seguintes perspectivas futuras:

- Estabelecimento de uma lei salarial para o funcionalismo estadual que assegure 100% do INPC ou 100% do índice do custo de vida no Estado de S. Paulo nos reajustes semestrais;
- Reposição das perdas salariais dos vários segmentos do funcionalismo nos últimos anos.

Acreditamos que desta vez prevaleceram os critérios políticos sobre os critérios técnicos na determinação do reajuste. A análise fria do orçamento estadual caracteriza uma situação crítica. A participação da massa salarial do funcionalismo na principal receita do estado já será superior no próximo semestre a 80%.

A partir dos dados do Governo e do Prof. Ivan podemos fazer duas estimativas para a participação percentual do reajuste na arrecadação estadual do 2º semestre:

% DA ARRECADAÇÃO

| REAJUSTE EM JULHO/84 | GOVERNO | PROF. IVAN |
|----------------------|---------|------------|
| 67% | 91,2% | 81,6% |
| 100% | 108,8% | 97,7% |

Segundo informações obtidas junto à Secretaria da Fazenda, desde março/83 o governo estadual não pagou nenhuma parcela (serviço ou principal) da dívida externa estadual da qual o Governo Federal fosse avalista e há sete meses não paga nenhuma parcela da qual o Tesouro Paulista seja o avalista, caso as empresas estatais se vejam impossibilitadas de pagarem.

Futuros reajustes salariais compatíveis com a difícil situação do funcionalismo e com a crescente demanda por serviços públicos dependerão de:

1. Uma ação firme do Governo Estadual com relação à política econômica do Governo Federal, tais como uma articulação nacional pela taxaço dos produtos exportados e reforma tributária que atenda os interesses dos Estados e Municípios;
2. Fortalecer a mobilização da população do Estado pelas reformas políticas gerais, tais como eleições DIRETAS-JÁ, fortalecimento do Congresso Nacional e Assembléia Nacional Constituinte.

ASSEMBLEIA GERAL

data: **06-6-84** (quarta-feira) 13 horas

local: **IQ-02**

pauta: campanha salarial, outros